

## Governo estuda manter repasse do Tesouro às distribuidoras, diz Lobão

ENERGIA ELÉTRICA

# Governo estuda manter repasse do Tesouro às distribuidoras, diz Lobão

**Aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, segundo Abrace**

SÃO PAULO // O governo estuda manter o repasse de recursos do Tesouro Nacional ao segmento de distribuição de energia elétrica este ano, afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nesta segunda-feira (3). “O Tesouro estuda isso, nós do ministério também estudamos, o Gabinete Civil também se dedica a isso, e encontraremos a melhor solução possível”, disse Lobão a jornalistas durante evento de posse de novos ministros, em Brasília.

Em 2013, repasses oficiais à distribuição através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram utilizados para cobrir o custo adicional do setor com o acionamento de usinas térmicas, devido ao baixo volume de chuvas. O montante repassado para cobrir o custo extra e manter tarifas reduzidas aos consumidores, chegou a R\$9,6 bilhões no ano.

Este ano, o despacho térmico segue em alta, com volume de chuvas abaixo do esperado, consumo elétrico acima do comum devido ao forte calor e a redução de nível dos reservatórios no subsistema Sudeste/Centro-Oeste – responsável por 60% da carga total do sistema interligado – quando seria esperado o contrário, em meio à temporada chuvosa.

Além disso, agrava a situação de custos das distribuidoras o fato de as empresas estarem descontraçadas em 3,5 mil megawatts, montante que tem de ser comprado do mercado de curto prazo. Na última sexta-feira, o preço da energia elétrica de curto prazo atingiu o recorde de R\$822,83 por megawatt-hora.

O aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, que contrata energia no mercado livre, segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. “O PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, preço da energia no curto prazo] afeta quem está exposto, não traz efeito para quem está contratado. Os consumidores eletrointensivos não assumem posição de risco”, explica o executivo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, o País cada vez mais precisa contar com complementação térmica, uma vez que o consumo elétrico cresce acima do volume dos reservatórios. “O parque termelétrico brasileiro não está adequado a esse tipo de acionamento mais constante e futuros leilões precisam levar isso em conta”, diz Sales. Segundo ele, a metodologia dos leilões precisa contemplar usinas que podem ter custo de instalação mais elevado, mas operação mais barata. Também é preciso restabelecer a sustentabilidade no segmento de distribuição, alerta o especialista.

THAIS CARRANÇA | AGÊNCIAS

SÃO PAULO - O governo estuda manter o repasse de recursos do Tesouro Nacional ao segmento de distribuição de energia elétrica este ano, afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nesta segunda-feira (3). "O Tesouro estuda isso, nós do ministério também estudamos, o Gabinete Civil também se dedica a isso, e encontraremos a melhor solução possível", disse Lobão a jornalistas durante evento de posse de novos ministros, em Brasília.

Em 2013, repasses oficiais à distribuição através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram utilizados para cobrir o custo adicional do setor com o acionamento de usinas térmicas, devido ao baixo volume de chuvas. O montante repassado para cobrir o custo extra e manter tarifas reduzidas aos consumidores, chegou a R\$ 9,6 bilhões no ano.

Este ano, o despacho térmico segue em alta, com volume de chuvas abaixo do esperado, consumo elétrico acima do comum devido ao forte calor e a redução de nível dos reservatórios no subsistema Sudeste/Centro-Oeste - responsável por 60% da carga total do sistema interligado - quando seria esperado o contrário, em meio à temporada chuvosa.

Além disso, agrava a situação de custos das distribuidoras o fato de as empresas estarem descontratadas em 3,5 mil megawatts, montante que tem de ser comprado do mercado de curto prazo. Na última sexta-feira, o preço da energia elétrica de curto prazo atingiu o recorde de R\$ 822,83 por megawatt-hora.

O aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, que contrata energia no mercado livre, segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. "O PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, preço da energia no curto prazo] afeta quem está exposto, não traz efeito para quem está contratado. Os consumidores eletrointensivos não assumem posição de risco", explica o executivo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, o País cada vez mais precisa contar com complementação térmica, uma vez que o consumo elétrico cresce acima do volume dos reservatórios. "O parque termelétrico brasileiro não está adequado a esse tipo de acionamento mais constante e futuros leilões precisam levar isso em conta", diz Sales. Segundo ele, a metodologia dos leilões precisa contemplar usinas que podem ter custo de instalação mais elevado, mas operação mais barata. Também é preciso restabelecer a sustentabilidade no segmento de distribuição, alerta o especialista.